

Comissão de Legislação Participativa (CLP)

REQUERIMENTO N.º _____, de 2024

(da Sra. Fernanda Melchionna)

Requer a realização de Audiência Pública, no dia 28/5/2024, às 13:30h, para discutir os privilégios do Sistema da Dívida, os graves riscos do esquema de Securitização de Créditos Públicos e a importância das mobilizações do funcionalismo público.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 24 (incisos III e XIII) e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública no dia 28 de maio de 2024, às 13:30h, no âmbito desta Comissão, para discutir os privilégios do Sistema da Dívida, os graves riscos do esquema de Securitização de Créditos Públicos e a importância das mobilizações do funcionalismo público.

Para tanto, sugiro os seguintes convidados:

1. Dr. Fernando Haddad - Ministro da Fazenda
2. Deputado Federal Alex Manente - Relator do PLP 459/2017
3. Dr. Antônio Gomes de Vasconcelos – Professor de Direito na UFMG e Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
4. Dr. Cristiano Girardello – Advogado, patrono da Ação Popular sobre os prejuízos da securitização no município de Belo Horizonte
5. Maria Lucia Fattorelli – Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
6. Fabiano dos Santos - Representante do Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais, FONASEFE.

JUSTIFICAÇÃO



* C D 2 2 4 8 1 6 5 3 2 1 2 0 0 *

O presente Requerimento visa a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Frente Parlamentar pelo Limite de Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular, para debater sobre os privilégios do Sistema da Dívida, os graves riscos do esquema de Securitização de Créditos Públicos e a importância das mobilizações do funcionalismo público.

É fundamental a que a sociedade em geral e, principalmente, os (as) parlamentares tenham a oportunidade de debater sobre os graves danos embutidos no PLP 459/2017 (que se encontra em regime de urgência e visa legalizar o esquema de securitização de créditos públicos no país), e atuem para frear os privilégios do Sistema da Dívida, a fim de que os recursos públicos garantam a manutenção do Estado, a prestação dos serviços públicos e o atendimento às justas reivindicações do funcionalismo público.

O Seminário tem por objetivos:

- Debater a atuação do Sistema da Dívida, a necessidade de limitar os juros no Brasil (conforme PLP 104/2022 aprovado pela CLP), e demais mecanismos financeiros que geram dívida pública sem contrapartida alguma em investimentos de interesse da sociedade, provocando contínua subtração de recursos públicos para manter esses mecanismos, prejudicando a destinação de recursos para todas as áreas sociais (Educação, Saúde, Previdência etc.) e para a estrutura do Estado;
- Evidenciar os graves riscos por trás do cifrado texto do PLP 459/2017, que visa legalizar o esquema da chamada Securitização de Créditos Públicos, em especial: a geração de dívida pública ilegal e disfarçada, o desvio de recursos públicos por fora do orçamento e o comprometimento de receitas atuais e futuras;
- Ressaltar a importância das mobilizações de diversas categorias do funcionalismo público, pois estas mostram o grave desmonte que está ocorrendo na estrutura do Estado e o acúmulo de perdas salariais e de direitos de servidores;
- Destacar a importância da realização de Auditorias Cidadãs para possibilitar a socialização do conhecimento sobre a atuação do Sistema da Dívida, especialmente diante dos graves indícios de ilegalidade e ilegitimidade já identificados.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2024.



* CD248165321200 *

REQ n.71/2024

Apresentação: 06/05/2024 18:01:32.177 - CLP

Deputada FERNANDA MELCHIONNA

PSOL/RS



* C D 2 2 4 8 1 6 6 5 3 3 2 1 2 0 0 *



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248165321200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna